

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.150 - SP (2018/0313869-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO  
MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL  
**ADVOGADOS** : AFONSO RODEGUER NETO - SP060583  
LUIZ GUSTAVO BIELLA E OUTRO(S) - SP232820  
**AGRAVADO** : UNIMED SEGUROS SAUDE S/A  
**ADVOGADO** : MARCELO ZUCKER E OUTRO(S) - SP307126

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPARAÇÃO POR DANO MATERIAL. JUNTADA DE DOCUMENTO NOVO COM AS CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO NO NOVO DOCUMENTO. NULIDADE.

1. Ação de obrigação de não fazer cumulada com reparação por dano material.
2. Consoante a jurisprudência do STJ, nula se apresenta a decisão, proferida sem audiência da parte contrária sobre documento juntado aos autos, se dela resulta prejuízo, caracterizando-se, em tal contexto, ofensa a norma federal e ao princípio do contraditório, um dos pilares do devido processo legal. Precedentes.
3. Entende a jurisprudência desta Corte, ainda, que o fato de o documento ser conhecido da parte contrária não é razão bastante para dispensar-se a vista. Há que se lhe ensejar examiná-lo, e a respeito se pronunciar, pois não se proferirá decisão sem que as partes possam se manifestar sobre os elementos de prova.
4. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Ação:** de obrigação de não fazer cumulada com reparação por dano material, ajuizada pela agravante, em face de UNIMED SEGUROS

SAUDE S/A, na qual relata que a agravada iniciou a comercialização agressiva de novo seguro saúde causando-lhe problemas comerciais. Pleiteia que a agravada se abstenha de divulgar o novo seguro e vender seus planos no Estado de São Paulo, bem como reparação por dano material.

**Sentença:** extinguiu o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VII, do CPC/15, diante da existência de cláusula compromissória arbitral no Regulamento da Câmara Arbitral do Fórum Unimed.

**Acórdão:** negou provimento à apelação interposta pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

ACÇÃO COMINATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA Alegação da autora de prática de concorrência desleal pela ré, ambas cooperativas integrantes do sistema Unimed Previsão de convenção de arbitragem na normativa interna aplicável às partes impõe a extinção do processo sem resolução de mérito, com fulcro no inc. VIII do art. 485 do CPC/15 Impossibilidade de apreciação da controvérsia pelo Juízo Estatal Escolha da via extrajudicial para a solução da controvérsia que se tornou obrigatória para as partes Irrelevante, para este fim o fato de a autora encontrar-se em regime de liquidação extrajudicial Alegações de incompetência e parcialidade do juízo arbitral não comprovadas Sentença mantida Recurso não provido. (e-STJ Fl. 1.904)

**Embargos de declaração:** interpostos pela agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 10 do CPC/15 e 4º, § 2º, da Lei nº 9.307/96. Sustenta que, na hipótese de juntada de documento por ocasião da apresentação das contrarrazões recursais, deve-se oportunizar a manifestação da parte contrária, sob pena de nulidade. Afirma não ter aderido à cláusula compromissória de arbitragem, de modo que os efeitos de eventual sentença arbitral a ser exarada pela Câmara Arbitral do Fórum Unimed não poderão se estender à agravante.

Relatado o processo, decide-se.

**- Da juntada de documento nas contrarrazões recursais e do**

***necessário contraditório***

O TJ/SP, ao decidir que, *"ainda que a embargante não tenha se manifestado expressamente sobre aludido documento, não há porque cogitar de nulidade do acórdão por violação aos princípios do contraditório ou da não-surpresa, previsto no art. 10 do CPC/15"* (e-STJ Fl. 1.923), contrariou o entendimento do STJ no sentido de que *"nula se apresenta a decisão, proferida sem audiência da parte contrária sobre documento juntado aos autos, se dela resulta prejuízo, caracterizando-se, em tal contexto, ofensa a norma federal e ao princípio do contraditório, um dos pilares do devido processo legal"* (REsp 1358338/SP, Segunda Turma, Dje de 02/02/2017 e REsp 6.081/RJ, Quarta Turma, DJU de 25/05/1992). Logo, o acórdão recorrido merece reforma.

Prejudicada a análise das demais questões suscitadas no recurso especial.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, para cassar o acórdão recorrido e ensejar à agravante a vista que o art. 10 do CPC/15 lhe assegura.

Deixo de majorar honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, em razão do parcial provimento do apelo especial (EDcl no AgInt no REsp 1573573/RJ, Terceira Turma, DJe de 08/05/2017).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora

